

Ata 1ª Reunião Geral do Fórum Agropecuária e Silvicultura em 2021 - 25 de março

Participantes: Adilson Pepino (Florasetec Serviços Tecnológicos Reflorestal da Amazônia), Adriano Ziger (FAU – Agricultura & Meio Ambiente), Alessandra Fajardo (Bayer), Alexandre Castro (BRF), Ana Calábria (Instituto Espinhaço), Ana Luci Grizzi (Veirano Advogados), Ana Lucia Assad (A.B.E.L.H.A.), Ana Maria Juliano (Charrua Associação de RPPNs do RS), Beatriz Domeniconi (Itaú BBA), Beatriz Secaf (FEBRABAN), Carol Sacramento (Black Jaguar Foundation), Bruna Emanuela de Oliveira (Bayer), Bruno José Rodrigues Alves (Embrapa), Caio Pompeia (USP), Caio Portugal (Secovi-SP), Carla Gheler-Costa (Câmara dos Deputados), Carlos Barros, Carolina Dubeux (COPPE/UFRJ), Claudio Filgueiras (Banco Central do Brasil), Claudio Pinheiro Machado (PENSA-FEA/USP), Cristina Yuri Vidal (WeForest), Eduardo Daher (Abag), Eduardo Bastos (Bayer), Eduardo Ditt (Ipê), Elisabeth Forseth, Fabiana Vilela (SEBRAE MG), Fabiana Villa Alves (MAPA), Fernanda Lisboa (Anater), Fernanda Rodrigues (Diálogo Florestal), Fernando Lima (Instituto Abraço), Fernando Passos (UFPR), Gabriel de Campos (CPI PUC-Rio), Gildene Soares Carvalho (UNICAFES), Gisele Batista (Harpia Meio Ambiente), Gustavo Palauro (Agroicone), Ivone Namikawa (Klabin), Jane Lino (Proforest), João Augusti (BRACELL SP Celulose), José Ludgero Rocha (IEF MG), José Mauro (Embrapa), Juliana Monti (Solidaridad), Juliano Assunção (CPI PUC-Rio), Junior André Nascimento (FAU - Agricultura & Meio Ambiente), Kalil Cury Filho (Partner Desenvolvimento), Kamila Los (BRF), Karen Tada (Bem Comunicar), Laercio Jacovine (UFV), Léna Prouchet (Universidade de Exeter), Liana Gama (Brasilagro), Lucas Ribeiro (Abag), Luiz Oliveira (Instituto Espinhaço), Magno Castelo Branco (EcoSecurities), Maiko Cassano (BRF), Marcílio Caron Neto (Associação Sul Brasileira de Empresas Florestais - ASBR), Marco Antonio de Resende Ferreira (Associação de Reservas Privadas e Outras Reservas do Estado de MG), Marcos Takaoka (BRF), Maurício Fernandes (BASF), Merel van der Mark (EPN), Michele Cotta Walter (Centro Clima/COPPE/UFRJ), Milton Kanashiro (Embrapa), Nathalia Granato (Ibá), Nelson Ananias Filho (CNA), Nina Soares (CEBDS), Paula Peirão (WWF), Peter Milko (Horizonte Educação e Comunicação), Pollyana de Sousa (100%Amazonia), Rachel Biderman (CI), Renata Nishio (CEBDS), Ricardo Santos (ME), Rita de Cassia Chiletto (Casa Civil de MT), Ronaldo Seroa da Motta (UERJ), Rosa Paes (ITV), Sara Sales (Trebea Ltda), Sibeles Kamphorst (Syngenta), Silvio Arduini (Banco Central do Brasil), Simone Gonçalves (Abiec), Simone Tenorio (IPÊ), Thais Naves Tannus (FEBRABAN), Valmir Ortega (Belterra Agroflorestas), Victoria Rosenthal (Instituto Espinhaço), Vinicius de Moura Santos (Bayer), Wesley Passaglia (ANATER), Yeda Maria Malheiros de Oliveira (Embrapa), Fernanda Macedo, Joice Oliveira, Laura Lamonica e Maiara Beckrich (Coalizão Brasil).

Atualizações das Forças Tarefas do Fórum Agropecuária e Silvicultura

FT Finanças Verdes

- Crédito rural e Assistência Técnica e Extensão Rural são assuntos que se conectam no sentido de extrair mais dos recursos existentes. O desafio é como fazer chegar, a cada um dos hectares disponíveis de área já desmatada, a melhor tecnologia possível e habilitar os produtores a implantá-las e é aí que crédito rural e ATER se encaixam.
- Em 2020, enviamos contribuições para o Plano Safra 2020/2021 e parte das sugestões foi incorporada. Este ano o prazo para o envio de contribuições para o Plano Safra 2021/2022

foi até 10 de março e a Coalizão [enviou suas propostas](#) relacionadas a crédito rural e incentivo a adoção de tecnologias no campo, inovação e aumento de produtividade e resiliência nas propriedades rurais, e, mais especificamente, ao fortalecimento do Programa ABC.

- Os próximos passos da FT incluem: avaliação decenal da implementação do Plano ABC 2021-2030, contribuições para a [consulta pública](#) do Banco Central sobre critérios de sustentabilidade no crédito rural e construção de agenda com os bancos que aderiram à Coalizão Brasil para tratar de finanças sustentáveis privadas.

FT ATER

- Começamos, em 2020, a elaborar um texto com contribuições para a revisão da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). O Grupo de Políticas Públicas (GPP) da ESALQ, a convite do MAPA, já tinha feito um trabalho longo com atores da cadeia para propor algumas alterações ao plano e tivemos uma boa interlocução com eles para colher inputs para a redação do documento.
- Pontuamos sete temas a serem revistos na PNATER:
 - Garantir gratuidade e priorização de ações e recursos da ATER para atendimento a agricultores familiares e povos tradicionais;
 - Estabelecer programa contínuo de formação de técnicos da ATER com base no desenvolvimento sustentável e agropecuária de baixo carbono;
 - Priorizar processos da ATER coletiva e de formação de lideranças locais e regionais como agentes multiplicadores;
 - Incentivar as metodologias da ATER Digital e semipresencial;
 - Prever arranjos público-privados para implementação de serviços de ATER;
 - Definir metas no acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação de resultados da execução do PRONATER e criar mecanismos de transparência;
 - Garantir a participação de estados, municípios e sociedade civil na elaboração e execução orçamentária da priorização de ações de ATER regionais.
- Recentemente subemos do [PL 4371/2020](#) do Dep. Zé Silva, avaliamos o texto e a partir disso complementamos alguns dos pontos mencionados acima. O PL foi retirado para reformulação, mas estamos em contato com o gabinete do deputado para apresentar as contribuições da Coalizão Brasil.

Debate: Como induzir as tecnologias sustentáveis no campo: crédito e ATER

Moderador Eduardo Bastos, diretor de Sustentabilidade LATAM da Bayer e líder do Fórum

Tomamos a decisão de focar o debate em dois temas: ATER e crédito rural. Vou fazer uma pergunta direta para os quatro debatedores e, em seguida, perguntas mais específicas:

- ✓ Qual o papel do crédito rural e da ATER para induzir tecnologia sustentável e de baixo carbono no campo?

- ✓ O que falta para que a ATER abranja mais produtores e qual a expectativa para a revisão do PNATER e a relação com o PL 4371/2020?
- ✓ Como o setor financeiro pode ajudar na implementação das mudanças promovidas no Plano Safra ou no Manual de Crédito Rural?
- ✓ Como o Banco Central está vendo o retorno da consulta pública sobre critérios de sustentabilidade e quais os próximos passos?
- ✓ Como tem sido o papel do Ministério da Agricultura (MAPA) na promoção da conexão da agenda da ATER com a de baixo carbono?

Wesley Passaglia, diretor técnico da ANATER

- O momento que o produtor recebe a visita do técnico de ATER é quando ele se informa sobre o que há de novidade no mercado e o que pode ser feito para ele melhorar sua produção. E o crédito rural é uma forma de potencializar essa assistência técnica, pois muitos agricultores familiares não têm recursos para aplicar essas tecnologias.
- Hoje, 76% das propriedades rurais, cerca de 3,9 milhões, são de agricultura familiar. Desse total, apenas uma em cada 5 propriedades já recebeu ATER, o que mostra que o número ainda é baixo em comparação com o total de quem necessita.
- A ANATER atende diretamente cerca de 100 mil famílias, principalmente no Nordeste. Quase 50% dos agricultores familiares estão no Nordeste e 55% dos projetos da ANATER também. Esse público é o mais carente, e a linha de crédito que eles têm normalmente é um fomento do Ministério da Cidadania que só é aplicado se houver assistência técnica. Nossa meta é monitorar *in loco* 10% das famílias, para certificar o que foi feito, qual a qualidade da assistência técnica e conhecer um pouco da vivência do agricultor.
- Vemos com muita expectativa essa nova PNATER, principalmente a parte de atualização da assistência técnica e a formação dos técnicos. Os técnicos também têm um papel importante de levar o conhecimento das linhas de crédito para o agricultor.
- Uma forma de solucionar o *gap* entre ATER e quem precisa dele é o projeto de ATER Digital. Por outro lado, isso não adianta se não tiver conectividade no campo. Existe um projeto de lei que visa destinar parte de um fundo de empresas de tecnologias para formas de conectividade no campo.
- Vemos com muita expectativa essa nova PNATER, principalmente a parte de atualização da assistência técnica e a formação dos técnicos. Não adianta só a ANATER agir se não houver convergência nacional com política pública desse lado. O que esperamos da PNATER é essa modernidade no modo da assistência técnica.

Beatriz Secaf, gerente de Sustentabilidade da FEBRABAN

- Por meio do crédito rural, consegue-se direcionar investimentos para determinadas atividades a partir de critérios pré-definidos, como os socioambientais. O Banco Central determina dispositivos, uma régua mínima, que as instituições financeiras devem cumprir para operar o crédito rural, e parte é traduzida no Manual de Crédito Rural. Os bancos também definem seus critérios, que podem ir para além dessa obrigação legal.

- Alguns pontos para que o crédito rural possa induzir tecnologias mais sustentáveis incluem a definição de critérios mínimos para concessão, como exigência de recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), verificação de inexistência de embargo por desmatamento, proibição de concessão para propriedades em situação fundiária irregular, empregadores que estão na lista suja de trabalho escravo.
- Outro papel do crédito rural é trabalhar com programas de financiamento voltados para tecnologias de baixo carbono e alta produtividade, como o Programa ABC e o Inovagro, entre outros. Um caminho interessante é, por exemplo, aumentar o volume de recursos para esses programas, ampliar limites para produtores que cumprem certos requisitos ambientais, desburocratizar o acesso a esses programas, aperfeiçoar continuamente aqueles que direcionam investimentos para esse tipo de tecnologia.
- Algumas outras possibilidades neste sentido incluem:
 - Aumentar a disponibilidade de crédito para financiamento de longo prazo, para incentivar e permitir a transição para modelos de baixo carbono.
 - Definir critérios para classificar as operações que têm potencial de serem enquadradas como sustentáveis e tornar essas informações disponíveis para o mercado, para facilitar a emissão de títulos verdes e obtenção de crédito sustentável. A consulta pública do Banco Central vai nessa linha.
- O sistema financeiro representa 35% do financiamento agrícola. Os outros dois terços não estão sujeitos aos critérios aqui comentados.
- No eixo socioambiental do sistema de autorregulação da FEBRABAN temos um normativo que determina que os bancos precisam ter política de responsabilidade socioambiental. Com os recentes avanços na agenda de ESG, revisamos esse normativo, atualizando dispositivos que tratam de crédito rural ao: incluir todos os biomas no dispositivo que condiciona concessão de crédito à verificação de inexistência de embargo ambiental; colocar obrigações para o tomador caso haja embargo ambiental durante a vigência da operação; e garantir a verificação de sobreposição da área que recebe recursos com Território Indígena homologado e com Unidade de Conservação.
- Outro trabalho iniciado é a revisão da taxonomia verde da FEBRABAN. Usando códigos CNAE, fizemos um primeiro exercício de classificar as atividades econômicas em setores de economia verde. Também estimamos quanto da carteira de Pessoa Física para o agro rural e industrial estaria destinado para setores classificados como economia verde e chegamos a aproximadamente 18%.

Claudio Filgueiras, chefe de Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações de Crédito Rural e Proagro do Banco Central

- O crédito rural representa 10% do sistema financeiro nacional. Há oito anos, criamos um sistema pelo qual passam todas as operações de crédito rural antes de serem concedidas. Mais recentemente, o Banco Central começou a pensar em como tornar as operações dentro do sistema mais seguras e transparentes.
- No ano passado, foi lançada a Agenda BC# no pilar sustentabilidade. A intenção é integrar o nosso sistema com oito bases governamentais para que os bancos possam verificar em tempo real se podem prosseguir com as operações, considerando os riscos socioambientais.

Com isso, a régua vai subir, daremos uma segunda linha de defesa para os critérios adotados pelas instituições financeiras, ao mesmo tempo em que poderemos separar operações de crédito rural tradicional daquelas que possuam alguma característica de sustentabilidade.

- Por que não incentivar operações de crédito rural com alguma característica de sustentabilidade? Nesta linha, aceitamos a sugestão da Coalizão e demos mais de 10% de limite de crédito no Plano Safra do ano passado para quem tinha regularização ambiental. A intenção do Banco Central é separar operações com potencial de ser sustentável e oferecer aos entes da política pública que deem incentivo de até 20%.
- O Banco Central vai transformar esse sistema em *open bank*. A partir de 1º de julho, se o cliente que tem operação no banco A quiser migrar para o banco B, este poderá, na mesma hora, puxar o histórico do cliente – inadimplência, produtividade, coordenadas geodésicas etc. O que queremos a partir de janeiro de 2022 é que o produtor possa criar um link e disponibilizar seus dados verificados para quem quiser.
- Nossa equipe fez uma revisão do Manual do Crédito Rural que será publicada em 1º de maio, que terá 30 ou 40 páginas de tabelas-resumo de créditos rurais.
- Estamos consultando duas normas adicionais, que dão um *upgrade* muito grande no crédito rural e na conferência de regularidade, porque os bancos têm que olhar Terra Indígena e áreas de proteção. Há também uma régua que impede quem tem trabalho escravo de obter crédito. Qualquer operação que, a partir das coordenadas geodésicas, entrar em um desses itens, é rejeitada.

Fabiana Villa Alves, coordenadora geral de Mudanças Climáticas, Florestas Plantadas e Agropecuária Conservacionista do MAPA

- Fizemos um estudo que mostra que, para cada 1 real colocado em ATER via projetos com foco em assistência técnica, o produtor coloca outros 7 reais. Alguns produtores têm como bancar esse valor, mas grande parte usa recursos de mecanismos de financiamento.
- O Plano ABC é um plano estruturante para a sustentabilidade no Brasil. O cenário em 2010 era de mitigação de gases de efeito estufa e hoje é também de adaptação e resiliência. Assim, na nova fase do Plano ABC, elencamos 9 eixos fundamentais e um deles é a ATER. Aprendemos muito com esses projetos que deram base para o Plano ABC, que colocaram no campo as tecnologias como recuperação de pastagens degradadas, sistemas agroflorestais (SAFs), biodigestores, sistemas de integração.
- O outro eixo que vamos focar bastante é monitoramento e avaliação, que é essencial quando falamos em crédito público, principalmente finanças verdes. Fico contente de ouvir que o Banco Central e a FEBRABAN estão se atentando para isso.
- O Plano ABC pode ser um grande portfólio de tecnologias chanceladas pelo governo. Quando falamos no novo Plano ABC, para 2020-2030, estamos pensando em, além de reduzir emissões, em tornar esses sistemas mais resilientes dentro de um ordenamento territorial. Estamos falando de intensificação sustentável, ou seja, fazer o melhor uso dos recursos naturais.
- Quando falamos em crédito, existe sempre um risco. Mas, quando se traz um arcabouço de tecnologias, sistemas e produtos comprovados para redução de emissão e adaptação dos

sistemas, diminuí-se muito os riscos climáticos, econômicos e sociais. Nesta nova fase do ABC+ estamos olhando para essa questão de governança como transparência.

- Para ter ordenamento territorial, estamos fazendo uma abordagem integrada da paisagem, que vamos incorporar dentro do ABC+. Estamos falando em *compliance*, em legislação, mas também em *beyond compliance*. Como vou conseguir colocar para o produtor que, se ele fizer algo que vai além, se não desmatar uma área mesmo que ele tenha o direito de fazer isso, ele vai ter algum ganho?
- Essas discussões passam pela questão do monitoramento territorial e dos mecanismos de mensuração e terminam em mecanismos de reconhecimento, que é um eixo em que também estamos programando ações. Tudo isso é possível quando tenho uma política pública e o ABC + vem trazer essa reestruturação e este regramento.